



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS - CGAD

NOTA n. 00387/2021/CONJUR-MMA/CGU/AGU

NUP: 02000.004192/2019-77

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Senhor Consultor Jurídico,

1. Trata-se processo reencaminhado para análise e manifestação jurídica acerca de minuta de Acordo de Cooperação - AC a ser firmado entre o FUNBIO e o Instituto Chico Mendes (ICMBio), com interveniência da União, por intermédio do MMA, cujo objeto é a implementação do "*Projeto Estratégia de Conservação, restauração e manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal - GEF-Terrestre*".
2. O presente processo foi analisado inicialmente por meio do PARECER n. 00153/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU (SEI 0401238), que ao analisar os termos do arranjo institucional proposto concluiu pela necessidade de apresentação de documentos e manifestações à época ausentes no processo, conforme já se havia questionado.
3. Naquela oportunidade, a unidade técnica instruiu o processo com escassa documentação, por entender que a documentação e fundamentos constantes dos processos n.º 02000.001457/2016-32, no qual restou formalizada a parceria entre FUNBIO e MMA, e o processo n.º 02000.020394/2018-85, que registrou a parceria entre o FUNBIO e o Estado do Ceará, com interveniência da União, por meio do MMA, seriam suficientes para a análise e manifestação do presente caso, posto que se trata do mesmo Projeto, e a minuta do Acordo de Cooperação possui as mesmas cláusulas daqueles, tendo por escopo tão somente formalizar a participação do ICMBio no Projeto GEF-Terrestre.
4. Por meio do PARECER n. 00542/2018/CONJUR-MMA/CGU/AGU (Seq. 7 - NUP 2000.001457/2016-32), esta Consultoria Jurídica assim concluiu, *verbis*:

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, considerando que a matéria jurídica é idêntica aquela tratada nos autos do Processo SEI 02000.000974/2016-94 e considerando a aprovação do PARECER n. 00328/2018/CONJUR-MMA/CGU/AGU pelo Consultor Jurídico (DESPACHO n. 00962/2018/CONJUR-MMA/CGU/AGU), entende-se que devem ser aplicadas ao presente processo todas as recomendações constantes na mencionada manifestação jurídica, especialmente o que segue:

- a) juntada do Acordo/Contrato/Convênio de Doação entre BID e FUNBIO em vernáculo;
- b) submissão do arranjo institucional à COFIE/SEAIN, para que esta se manifeste sobre a correta interpretação da legislação de regência, especialmente, o Decreto n.º 9.075/2017, a Resolução MPDG/COFIE n.º 01/2018 e o Manual de Financiamentos Externos do Setor Público, publicado em 2013 pela SEAIN-MP, no que concerne à viabilidade e legalidade do arranjo institucional proposto pela unidade técnica, qual seja, a assunção de compromissos pela República Federativa do Brasil por meio de ACT firmado com o entidade privada sem fins lucrativos e/ou com organismos internacionais para a execução de projetos e programas do setor público com o apoio de natureza financeira de fontes externas, sem que os recursos sejam internalizados;
- b.1) roga-se seja abordado o entendimento da SEAIN e da CONJUR/MPDG sobre o alcance dos termos "contribuição financeira não reembolsável de interesse da União" (alínea "a", inciso II, art. 1º do Decreto n.º 9.075/2017) e "apoio externo de natureza financeira de fontes externas" (art. 2º da Resolução MPDG/COFIE n.º 01/2018), principalmente, se englobam recursos externos "internalizados" e "não internalizados";
- c) caso a legislação citada permita a participação do MMA no arranjo institucional proposto, seja indicado qual o procedimento legal/normativo a ser seguido, visto que, segundo interpretação desta Consultoria Jurídica, há um vácuo normativo quanto ao procedimento no que se refere a participação da União em projetos financiados com recursos externos não-internalizados.

5. Verifica-se, portanto, que se solicitou esclarecimentos acerca dos seguintes pontos em especial:

- a) arranjo institucional adotado no âmbito do Projeto Paisagens Sustentáveis

- b) necessidade de análise e manifestação da SAIN, COFIEIX e GTAP sobre o Projeto;
- c) procedimento para a escolha da agência executora.

6. No que concerne ao arranjo institucional adotado, verifica-se que o novo Manual de Financiamentos Externos do Ministério da Economia (Versão 2019 - <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-externo/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/arquivos/cofiex/manual-de-financiamento-externos.pdf>), detalha todo o procedimento para a solicitação de autorização de preparação de programas/projetos do setor público e para as diferentes etapas do processo de contratação de empréstimo com organismos internacionais de financiamento, devidamente cumprido pelo MMA, conforme se observa do processo "mãe" firmado entre MMA e FUNBIO (02000.001457/2016-32), no qual constam documentos como:

- a) Convênio de Financiamento não Reembolsável de Investimento para o GEF nº GRT/FM-16661-BR (SEI 0251866);
- b) Carta endosso do CEO do GEF (SEI 0260791).

7. Quanto à necessidade de análise e manifestação da SAIN, COFIEIX e GTAP sobre o Projeto, constam do processo acima referido Carta endosso da SEAIN/MPOG (SEI 0260794 e 0313938) à proposta de Projeto e Carta da SEAIN ao MMA informando sobre a ausência de competência da COFIEIX e, por consequência, do GTAP, para analisar a operação não reembolsável entre o FUNBIO e o BID/GEF (SEI 0274698).

8. Sobre o tema, transcreve-se o disposto no item 3.4 do Manual de Financiamentos Externos do Ministério da Economia, senão vejamos:

3.4. Apreciação do Pleito pelo GTAP Para solicitação de recursos do GEF, o proponente deverá acessar o Sistema de Gerenciamento Integrado da SAIN - SIGS, e anexar os formulários específicos do GEF, que poderão ser encontrados na página "http://www.thegef.org/gef/guidelines_templates".

Após o recebimento do pleito, a Secretaria Executiva da COFIEIX distribui a proposta aos membros do GTAP, para deliberação e posterior endosso do Ponto Focal Operacional. **No caso em que o proponente for um ente público, previamente ao endosso, é necessário que o pleito possua resolução COFIEIX autorizando a sua preparação. Se o proponente for um ente não governamental, apenas será necessário o endosso do Ponto Focal Operacional.**

9. No caso dos autos, como visto, há manifestação expressa da SEAIN/MPOG sobre a ausência de competência da COFIEIX no caso dos autos.

10. Por sua vez, no que concerne ao procedimento para a escolha da agência executora, constam daquele processo documentos que demonstram a realização de procedimento de escolha da agência executora, quais sejam:

- a) e-mail com detalhamento sobre o processo de seleção da agência executora (SEI 0295160);
- b) concordância do BID com a escolha do FUNBIO como agência executora do Projeto (SEI 0261961);

11. Portanto, considerando a presença da documentação acima, bem como, a mudança na legislação então vigente, o que gerou, inclusive a atualização do Manual de Financiamentos Externos do Ministério da Economia, conforme acima mencionado, entende-se que não restaram questionamentos sobre o arranjo institucional, seguindo este a legislação em vigor e as orientações do multicitado Manual.

12. Ultrapassados estes esclarecimentos, a análise jurídico-formal do Acordo de Cooperação SEI 0788473 foi devidamente realizada por meio do PARECER n. 00153/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU, que concluiu pela ausência de ilegalidades na minuta. Assim, considerando que não houve alteração no texto do novo instrumento encaminhado, como bem observou a PFE/ICMBio no PARECER n. 00410/2021/COMAD/PFE-ICMBIO/PGF/AGU (SEI 0822696), opina-se pela ausência de óbice jurídico à assinatura do instrumento pela autoridade competente, sugerindo-se, apenas, as seguintes adequações:

a) Preâmbulo - Substituir a referência à Medida Provisória no 870, de 1º de janeiro de 2019 e do Decreto no 9.672, de 2 de janeiro de 2019, pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020, respectivamente;

b) exclusão da referência ao inciso I do art. 31 da Lei nº 13.019/2014, visto que não se aplica ao caso dos autos, conforme explicitado nos itens 27 a 29 do PARECER n. 00409/2021/CONJUR-MMA/CGU/AGU (NUP 02000.005546/2021-15), pois não há qualquer demonstração de que a agência implementadora (BID) indicou a agência executora, ao contrário, a escolha do FUNBIO foi fruto de seleção feita pelo próprio MMA, como demonstram os documentos mencionados no item 10 *supra*.

13. Ante o exposto, conclui-se pela regularidade da instrução e da minuta do presente Acordo de Cooperação para a formalização entre o ICMBio e o FUNBIO de acordo de cooperação, com a interveniência do MMA, visando à execução de programa de trabalho de interesse recíproco, para

implementação do ProjetoGEF-Terrestre.

À consideração superior. Em seguida, à Secretaria de Áreas Protegidas e Ecoturismo para conhecimento.

Brasília, 08 de dezembro de 2021.

RODRIGO MAGALHÃES PEREIRA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Aprovo a NOTA n. 00387/2021/CONJUR-MMA/CGU/AGU.
Brasília, 08 de dezembro de 2021.

SÉRGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000004192201977 e da chave de acesso 099067f9

Documento assinado eletronicamente por RODRIGO MAGALHAES PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 782848424 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): RODRIGO MAGALHAES PEREIRA. Data e Hora: 08-12-2021 16:19. Número de Série: 30740144333597318609415581776. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

Documento assinado eletronicamente por SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 782848424 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY. Data e Hora: 09-12-2021 15:44. Número de Série: 37899407018418184352052481385. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.
